PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Gabinete da Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade

Ofº nº 552/SEAPI –03 Agosto 2011

Exma. Senhora
Secretária-Geral da
Assembleia da República
Conselheira Adelina Sá Carvalho

S/referência	S/comunicação de	N/referência	Data

ASSUNTO: **RESPOSTA À PERGUNTA N.º 109/XII/1.ª**

Encarrega-me a Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade de enviar cópia do ofício n.º 879/2011 de 03 de Agosto do Gabinete da Senhora Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, sobre o assunto supra mencionado.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete

Marina Resende

MO

Palácio de S. Bento - 1249-068 Lisboa - PORTUGAL * Telef: + 351 21 392 05 00 Fax: + 351 21 392 05 15

Gabinete da Secretária de Estado
dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade
Entrada n.º 454
Data: 03-08-2011

Of. N.: 879/2011
Data: 03-08-2011

GABINETE DA MINISTRA DA AGRICULTURA, DO MAR,
DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITORIO

Exma. Senhora
Chefe do Gabinete da Secretária de Estado dos
Assuntos Parlamentares e da Igualdade
Dr.ª Marina Resende

ASSUNTO: Resposta à Pergunta n.º 109/XII/1ª, de 15 de Julho de 2011

Em resposta à Pergunta nº 109/XII/1ª, de 15 de Julho de 2011, encarrega-me Sua Excelência a Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território de informar V. Exa. do seguinte:

A Praia do Magoito, bem como todas as praias do concelho de Sintra, localiza-se numa zona da orla costeira cujas arribas apresentam um elevado grau de instabilidade e estão em permanente evolução, resultante da erosão a que se encontram sujeitas. Esta evolução da arriba processa-se através de desmoronamentos e quedas de blocos que provocam situações de risco para os utentes da praia.

Em 2008, o Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB), na sequência de várias ocorrências desta natureza e face à necessidade premente de melhorar a segurança de pessoas e bens, apresentou uma candidatura ao QREN, no âmbito da defesa costeira do Litoral, com proposta para a elaboração do "Projecto de Estabilização das Arribas nas Praias de S. Julião (zona sul), Magoito, Aguda, Azenhas do Mar (zona sul), Praia Grande

Praça do Comércio 1149-010 LISBOA Telefones: 213234652/3 Fax: 213234604 Email: gabministra@mamaot.gov.pt

(zona sul), Praia Pequena, Adraga (zona sul) e Abano, situadas nos concelhos de Sintra e Cascais".

O Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB) é entidade detentora de competências na gestão do litoral, designadamente na implementação do Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) Sintra-Sado,

Na sequência da aprovação desta candidatura decorreu o respectivo concurso, tendo sido a empresa Cenorgeo, Engenharia Geotécnica, Lda., a seleccionada para a realização do referido Projecto.

A praia do Magoito foi analisada tecnicamente ao nível da instabilidade / risco das arribas, no âmbito do referido estudo promovido pelo ICNB, desenvolvido pela empresa Cenorgeo.

Com a passagem de competências no litoral para a ARH do Tejo, em 1 de Outubro de 2008, foi cedida a posição contratual do ICNB a favor da ARH do Tejo em Janeiro de 2009, tendo-se procedido à assinatura do contrato em Outubro de 2009.

O projecto foi desenvolvido em duas fases:

Fase 1 — Projecto Base Geotécnico e

Fase 2— Elaboração do respectivo projecto de execução, em função dos estudos geotécnicos previamente realizados.

O Projecto Base Geotécnico foi entregue em Fevereiro de 2010 e, atendendo às condições geológico/geotécnicas exibidas pelos troços de arriba analisados, propôs dois tipos de soluções (A e B) de intervenção com características distintas.

A solução A consiste numa intervenção pesada, artificializadora, de custo elevado, destinando-se a atenuar a evolução geomorfológica das arribas através da execução de acções específicas (betão projectado, redes metálicas de protecção), garantindo assim uma diminuição muito significativa dos fenómenos de instabilidade e, consequentemente, do risco, e com impacto muito significativo na paisagem e sacrifício da preservação e fruição do geomonumento.

A solução B, de carácter menos interventivo e com menor impacto, consiste principalmente em medidas pontuais de minimização do risco, tais como o saneamento de blocos instáveis e reperfilamento de determinadas zonas da arriba, bem como na restrição do acesso aos locais de risco.

Na sequência do processo de acompanhamento do referido projecto e dos resultados obtidos nas visitas técnicas efectuadas, realizaram-se várias reuniões com a equipa projectista de forma a articular as soluções propostas com uma

série de condicionantes específicas definidas pela ARH do Tejo, nomeadamente ao nível da implementação do POOC Sintra-Sado.

Foram, ainda, promovidas reuniões com a Câmara Municipal de Sintra e o ICNB de forma a obter os respectivos contributos técnicos e recomendações, atentas as competências específicas destas entidades neste troço costeiro.

Com base no exposto nos parágrafos anteriores, foram definidas as orientações técnicas necessárias à prossecução do referido estudo, de forma a sustentar o respectivo Projecto de Execução, tendo o mesmo sido concluído em Dezembro de 2010.

O referido projecto analisou a situação de risco / instabilidade decorrente da geodinâmica das arribas nesta praia (arriba norte / arriba sul), incluindo a "duna fóssil" (formação de dunas consolidadas) sobrejacente à rampa de acesso à praia. Os resultados obtidos, incluindo os gerados por modelos numéricos, mostram de forma clara e inequívoca o potencial de instabilidade exibido pela duna fóssil (nomeadamente indícios de roturas em determinados locais no curto prazo), evidenciando a elevada probabilidade de ocorrência de movimentos de massa de vertente directamente sobre o acesso (com perigo para os utentes).

Perante o cenário de risco identificado e dada a importância deste acesso, foi analisada tecnicamente a possibilidade da sua manutenção, tendo sido estudadas diversas soluções de intervenção com vista à minimização do risco.

Não obstante, o esforço desenvolvido pela equipa projectista e a ARH Tejo, não foi encontrada solução técnica que compatibilizasse a preservação daquele importante geomonumento com a redução do risco no acesso de pessoas e bens através da rampa. As soluções estudadas foram as seguintes:

- Instalação de rede metálica de malha hexagonal de dupla protecção. Esta solução tinha como objectivo o encaminhamento de eventuais blocos que se venham a desprender da face da vertente para a sua base e limitação do deslize e projecção dos mesmos. Esta solução, de acordo com o estudo apresentado, não é eficiente na contenção de movimentos com maior volume que possam ocorrer, não impedindo que a rampa seja atingida pelos mesmos, dado que este tipo de redes não apresenta as características de resistência necessárias neste caso.
- Instalação de barreira dinâmica. Esta solução tem como objectivo a retenção na base da vertente de eventuais blocos que se venham a desprender da sua face. Esta solução, de acordo com o estudo apresentado, afigura-se igualmente desadequada à tipologia dos movimentos passíveis de ocorrer e as características litológicas destes materiais, não impedindo o atravessamento (da barreira) por blocos de pequenas dimensões, apresentando ainda dificuldades de fixação dos pontos de ancoragem. Adicionalmente, esta solução, quando instalada, apresentaria ainda a desvantagem de ocupar parte significativa deste acesso, podendo mesmo ocupar grande parte do acesso com a sua deformação (na sequência da ocorrência de movimento de massa);
- Reperfilamento da duna fóssil e revestimento com betão projectado associado a pregagens. Esta solução pretendia conseguir a eliminação

dos processos, mecanismos e dinâmica da vertente (anulação do risco). Esta solução, apesar de se afigurar corno a mais adequada ao nível da garantia das condições de segurança de pessoas e bens, teria um impacto paisagístico e ambiental extremamente negativo, situação incompatível com os objectivos de preservação deste importante geomonumento e com a estratégia que tem vindo a ser implementada pelo Ministério relativamente às intervenções no litoral nos últimos anos.

Efectivamente, o estudo apresentado pela Cenorgeo conclui que "a melhor solução em termos técnicos, económicos, de integração paisagística e preservação da duna fóssil e muito em particular em termos de segurança será a desactivação do acesso à praia actualmente existente".

Convém notar que a ARH Tejo desenvolve, no âmbito das suas competências, de forma sistemática, campanhas de monitorização dos fenómenos de instabilidade em arribas na sua área de intervenção (85% do 261 km de litoral são constituídos por arribas), na qual são identificadas situações de risco potencial e registadas todas as ocorrências de movimentos de massa de vertente.

Na sequência destas campanhas de monitorização foram registadas as seguintes ocorrências mais recentes na praia do Magoito:

- Em 26 de Setembro de 2010: movimento de massa (queda de blocos) com um volume estimado em 0,6 m3, tendo o respectivo resíduo (cone de

dejecção) atingido uma largura de 2,5 m, provocando a obstrução parcial da rampa de acesso.

- Em 21 de Junho de 2011: movimento de massa do tipo queda de blocos, com um volume estimado em 0.15 m3, tendo o respectivo resíduo (cone de dejecção) atingido uma largura de 2.5 m, provocando a obstrução parcial da rampa de acesso.

A primeira ocorrência referida esteve na origem e veio fundamentar a decisão da ARH do Tejo de interditar a circulação na rampa de acesso à Praia do Magoito. Na sequência desta decisão foi solicitado à Câmara Municipal de Sintra a colocação de baias / vedação no topo e na base da rampa de acesso, conjugada com a colocação de sinalização de risco. Esta interdição destina-se apenas aos utentes, sendo garantida a circulação de veículos prioritários / emergência, mediante portão com chave a colocar no topo e na base da rampa.

A segunda ocorrência veio reforçar inequivocamente a decisão de interdição do acesso, atempadamente preconizada pela ARH Tejo, em Outubro de 2010, tendo-se assim evitado a eventual ocorrência de acidente com consequências graves para a vida humana. Por se ter constatado, nas diversas deslocações efectuadas a este local, que a vedação colocada se apresentava constantemente vandalizada/danificada, não impedindo de forma efectiva a circulação dos utentes, foi solicitada à Câmara Municipal de Sintra, em 7 de Julho de 2011 (Ofício DRHL-265-2011), a melhoria / reforço das infra-estruturas de interdição inicialmente colocadas.

GABINETE DA MINISTRA DA AGRICULTURA, DO MAR,
DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITORIO

Com vista à garantia do acesso à praia de todos os utentes, incluindo os de mobilidade condicionada, e na sequência da interdição do acesso através da rampa existente, o qual passou a ser destinado apenas a veículos de emergência durante esta época balnear, foram equacionadas alternativas para a execução do projecto previsto nos Termos de Referência do plano da Praia do Magoito.

Num primeiro momento, foi equacionada a possibilidade da Câmara Municipal de Sintra desenvolver internamente esse projecto, tendo acabado por se acordar entre as partes que a ARH Tejo lançaria uma empreitada de emergência para a concepção e construção de um acesso rampeado em madeira em alternativa ao acesso interdito.

O esforço desenvolvido foi no sentido deste acesso, o qual irá garantir a circulação de utentes com mobilidade condicionada, entrar em funcionamento ainda durante a presente época balnear.

Com os melhores cumprimentos.

P' O Chefe de Gabinete,

ISABEL GONÇALVES
ADJUNTA DA MINISTRA DA
AGRICULTURA, DO MAR, DO AMBIENTE
E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

/GOB

Praça do Comércio 1149-010 LISBOA Telefones: 213234652/3 Fax: 213234604 Email: gabministra@mamaot.gov.pt